

ATA Nº 15/2019 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** Andressa Bertiel Willeke Hadad (Titular/Secretaria de Saúde); Kalta Helen Testoni (Titular/HMRC); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Blsi (Titular/Secretaria de Saúde); Otávio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor Pra Down); Karina Gonçalves dos Passos (Titular/PAIS); Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Suplente/COOPERMAR); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Gévelyn Cássia Almeida (Titular/ICED); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB); Débora Candida Spagnol (Suplente/OAB); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS - Vale do Itajaí); Maristela Vieira (Suplente/CREFITO); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12ª Região); Débora Guimarães (Titular/CRN10). Contando com a **participação** de Ketlin da Rosa Talevi (Casa dos Conselhos) e Joceli Nazari (Câmara de Vereadores). **Pauta: ITEM A. Aprovação do Plano Municipal.** A presidente inicia a reunião e solicita a inserção de um ponto de pauta antes do ITEM A, pois alguns conselheiros haviam entrado em contato para falar a respeito de justificativas de faltas. Suzany diz que Ketlin, diretora da Casa dos Conselhos, fez um levantamento das faltas dos conselheiros e de todas as justificativas desde a data da posse da presente gestão. A presidente agradece a presença do vereador Joceli Nazari, o qual faz uso da palavra e diz estar disposto a colaborar com o Conselho; registra que participa da Comissão de Saúde na Câmara. O vereador indaga sobre os dias de reuniões ordinárias do COMUS, Ketlin responde ser toda quarta terça-feira do mês e avisa que enviará o cronograma de reuniões para seu gabinete. Suzany diz que o cronograma será enviado também para os secretários, à Câmara de Vereadores e às Associações de Bairros. A presidente agradece aos conselheiros pela presença na Audiência Pública do Hospital Municipal Ruth Cardoso. Joceli pede a palavra e fala sobre a importância da audiência; o vereador comenta sobre a morte que houve no HMRC. Otávio diz que é preciso verificar se o motivo da morte. A Secretária de Saúde Andressa diz que mediante o recebimento de denúncia de possível negligência, conseguiram avaliar o prontuário no dia de hoje, sendo apurado que não houve indícios de negligência, explica que o paciente foi assistido todas as vezes que procurou atendimento; após apresentar melhora dos sintomas o paciente foi liberado e encaminhado, conforme registrado no prontuário, para investigação na Atenção Básica do seu município de origem: Camboriú; com a piora do quadro de saúde e apresentando outros sintomas antes não identificados, retornou para atendimento e foi encaminhado para cirurgia, porém veio à óbito. Andressa diz que o caso foi encaminhado para o Comitê de Ética e à Comissão de Óbito para ser investigado. Henrique fala sobre culpabilidade no direito penal, quando se chama o Estado para situações na criminalidade; diz em muitas situações não se usa logística em um Hospital de Referência. Otávio fala sobre aviso de lotação e lembra sobre ter sido usado de forma criminosa. Henrique explica a fala de Otávio e cita que um vereador utilizou do documento que é interno. O vereador Joceli fala que é mediante investigação que se precisa verificar se houve o ato de denegrir repartição pública. Kaita diz identificar a prestação de um desserviço. Joceli diz que o próprio Conselho pode fazer denúncia na Câmara. Gustavo diz que é possível chamar o vereador para se explicar pelo demérito colocado na prestação do serviço de saúde. Ketlin explica a questão das faltas sem justificativas e identificou que há problemas nas faltas dos representantes dos usuários; lembra que foram nove reuniões desde o dia quatro de abril, quando a presente gestão tomou posse. Ketlin diz que há justificativas que vieram antes da reunião e, independentes de serem apresentadas no Conselho ou não, o conselheiro não tem culpa de não terem sido apresentadas. A diretora cita as justificativas que vieram depois das reuniões, lê o Regimento Interno sobre as faltas e a responsabilidade da entidade em convocar o representante suplente quando na impossibilidade da participação do titular nas reuniões. Quanto à justificativa de falta, que conforme o Regimento, deve ser apresentada pelo presidente na respectiva reunião e indica que sua posição é de que as que vieram antes da reunião precisam ser validadas a partir de agora. Otávio indaga quais as entidades que, segundo as condições do Regimento, desocupariam suas vagas e Ketlin menciona a COOPERMAR e o ICED. Gévelyn lembra que em uma das reuniões citou ausência, conforme lê-se em trecho da Ata Nº 07, de

Thomas Herman Sant'Ana Maciel

Joceli Nazari

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]


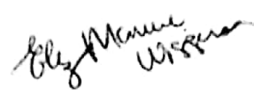
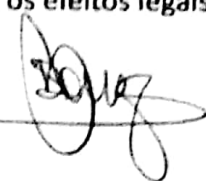







quatro de abril de dois mil e dezenove: "A conselheira Gevelyn explica que na próxima semana em virtude do trabalho não conseguirá comparecer a reunião, mas que notificou o suplente doutor Felipe (...)". Thomas, representante suplente da COOPERAR fala sobre problemas de saúde do titular e que por vezes o substitui na sua função, não podendo comparecer nas reuniões, afirma que as faltas tidas foram nas reuniões extraordinárias com pouca brevidade de aviso e reconhece a falha em não justificar a ausência. Dineusa lembra que o Conselho possui secretário e vice-secretária e afirma que a mesa diretora precisa estar vendo esses detalhes com a Casa dos Conselhos. Henrique sugere que, pela situação de transição, a conselheira Gévelyn perdesse a vaga na mesa diretora, mantendo o ICED no Conselho e caso não seja aceito, aplica-se então as condições do Regimento, perdendo a cadeira no COMUS. Gustavo pondera a possibilidade de que a punição recaia sobre si, por ser o secretário e não haver atentado pela apresentação das justificativas em plenária do Conselho a tempo e compromete-se a partir de agora em apresentá-las. Gévelyn diz que não concorda na forma como a questão está sendo apresentada, pois já havia comunicado previamente a ausência. Suzany esclarece que, se o Regimento for seguido, a cadeira da COOPERMAR e o do ICED ficam vagas e no lugar outras duas entidades, aprovadas no Fórum, adentram ao Conselho. Andressa sugere ser colocado em deliberação sobre seguir o Regimento ou não e Otávio faz a **proposta 1**: que seja feita uma ressalva que não foi seguido o Regimento Interno neste momento, pois a nova gestão do Conselho está se adequando a este regulamento; como penalidade, as entidades ICED e COOPERMAR não podem ter mais nenhuma falta injustificada e não poderão fazer parte da mesa diretora neste mandato, seguindo-se a partir deste momento, estritamente, o Regimento Interno. Otávio pede que, sempre que for percebido um vício dentro da reunião, que seja visto antes de qualquer outro problema. Ketlin questiona se então o Conselho assume a culpa pela não apresentação das justificativas. Henrique ratifica que deve ser esclarecido que, como estão o COMUS está em uma fase de transição, adaptando e organizando as questões do Conselho, não foi seguido neste momento o Regimento. Gévelyn faz uso da palavra e solicita que seja colocada em pauta da próxima reunião ordinária, a discussão sobre um Código de Posturas dos conselheiros e pede que todo o trâmite de deliberação a respeito das justificativas seja feito nas reuniões ordinárias, reitera ainda que não concorda como o ICED está sendo penalizado, mesmo havendo justificado as ausências dela, Gévelyn. Como **proposta 2**: seguir o Regimento Interno. Ketlin esclarece que, quanto ao número de faltas, há uma injustificada do dia 8 (oito) de abril e outras duas dos dias 23 (vinte e três) e 24 (vinte e quatro) de abril, cujas **justificativas foram enviadas após a reunião, contabilizando três faltas**. Coloca-se em **deliberação** e a **proposta 1 soma quatorze votos; a proposta 2 ganha um voto** e há uma abstenção de voto do CRP. Otávio propõe constar em ata que, quanto a aprovação das contas, é preciso fazer uma ressalva, pois a análise das contas foi somente visto o que foi empenhado, gasto e o que entrou, cuja análise quem faz é o Tribunal de Contas e a análise do Conselho Municipal de Saúde é quanto a verificar se o que foi gasto é pertinente com o que se esperava gastar, ou seja, com o Plano Municipal de Saúde e como o Plano foi aprovado posteriormente, não foi possível fazer tal análise. A presidente coloca em deliberação a ressalva na prestação de contas a proposta do conselheiro, que é aprovada por unanimidade. Suzany coloca em pauta a **Aprovação do Plano Municipal** e indaga se todos leram o Plano ou tem alguma colocação a respeito. Otávio cita a parte do texto do Item 1.3.2, onde diz a respeito das minorias, quilombolas..., diz que falta alteração ou deixar somente "grupos vulneráveis" e fala ainda que foram incluídos dois parágrafos sobre a Secretaria de Inclusão Social que não está relacionado com trecho posterior. Gustavo sugere votação para suprimir os dois primeiros parágrafos. Otávio diz da possibilidade de criar um novo Item para colocar esses dois parágrafos. Dineusa esclarece que foi colocada inadequadamente a ordem: primeiro o item sobre indígenas, segundo sobre LGBTQI, terceiro sobre imigração. Dineusa faz observação sobre constar no Plano o nome dos conselheiros e o nome do presidente do COMUS da gestão anterior, o nome da presidente atuais e os demais conselheiros da gestão atual, bem como o nome da Sheila, além de Andréia, que organizaram o Plano. Otávio cita o ponto 2.5, após a tabela 25, onde consta sobre a morbidade ambulatorial, segundo as causas CID-10 Balneário Camboriú, onde há dados com relação ao suicídio e Eliz destaca que suicídio é uma questão de saúde pública e precisa constar no Plano. Suzany diz quanto a legalidade de colocar os números, diz que Sheila colocou em questão que iria registrar os números desde o ano de 2015 deste Município, contudo pontua que os dados não são



fidedignos, pois no caso da pessoa que tentou suicídio, mas não cometeu e foi internada, não registra óbito por suicídio, não entrando assim no índice de suicídio. Eliz fala que mesmo assim isso precisa constar. Suzany esclarece que Sheila estava vendo a respeito da legalidade de poder utilizar os números a respeito de suicídio, apresentando tabela com detalhamento de dados, porém isso não é possível colocar, explica Suzany. Eliz fala que precisa-se somente constar as intensas tentativas de suicídio. Suzany diz que é possível colocar, mas é preciso destacar que algumas dessas pessoas não são de Balneário Camboriú. Eliz se propõe a escrever um texto e enviar para que se conste em ata. Gustavo sugere que Eliz apresente o texto ainda nesta reunião, para que conste em ata. Gévelyn pede que seja incluído um texto que havia enviado. Gustavo pergunta se a conselheira tem o texto para ser lido na reunião, de maneira que a mesa diretora assine para constar no Plano. Gévelyn diz que em conversa com a presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência, esta disse que o texto seria apresentado por Wilson, contudo o conselheiro diz que não comunicou nada a ele. Suzany diz que, quanto a eleição de vice-presidente do COMUS, pode ser feito na próxima reunião ordinária. Ketlin solicita que, se houver alteração de ata, que seja enviado o número da ata, a linha, o parágrafo da correção, para poder trazer à aprovação na plenária. Otávio diz que o texto sobre suicídio está pronto e assim que conseguir acesso à Internet enviará e faz leitura: Há uma singularidade no município de Balneário Camboriú. Muitas pessoas vem ao município para morar, atraídas pelo turismo e pelas promessas de melhores condições de vida e trabalho ou ainda vem apenas nos meses de novembro a fevereiro (período de temporada de férias). essa situação tem gerado vulnerabilidade de saúde e sofrimento psíquico, indicando os altos índices de tentativa de suicídio nos diversos serviços de saúde, apresentando o maior índice de suicídio do país, demandando a atuação da Atenção Básica em Saúde até a Atenção Especializada no município. Cabe ressaltar que os índices de suicídio são subnotificados dentro da rede de saúde, decorrentes de sofrimentos psíquicos e inúmeras tentativas de suicídio não atendidas por diversos fatores presentes no território municipal". Henrique questiona acerca de relação do uso de sintéticos, do uso de drogas com a questão do suicídio. Eliz responde que não necessariamente e informa sobre dados feito na Associação Brasileira de Psiquiatria que aponta para não associação inclusive pelas pessoas atendidas no CAPS raramente cometem suicídio, de maneira que o problema é a falta de atendimento. Eliz relata que dados apontam que até 29 anos de idade, o índice é muito maior de tentativa de suicídio do que pessoas acima de 30 anos. Wilson faz uso da palavra e informa sobre e-mail enviado em 18 de abril para Sheila para incluir a tabela de dados das pessoas com deficiência atendidas nas organizações da sociedade civil, com a lista de espera, para incluir no item 1.3.2. É colocada em deliberação a inclusão do texto feito por Eliz e lido por Otávio, registrado nesta ata, para constar no Plano e é aprovado por unanimidade. Otávio pede ao Conselho que para o próximo Plano Municipal que houver, que seja feito enxugamento de detalhes no início documento. Claudemir solicita agenda para visita no NASF. Suzany diz que para tanto precisam fazer solicitação e esperar retorno da Secretaria de Saúde. A presidente lembra aos conselheiros que é preciso fazer a entrega de uma foto 3x4 para confecção do crachá. Gévelyn faz leitura do texto a ser inserido: "Em busca do respeito, da cidadania e da diversidade direcionadas a todas as pessoas sem distinção, como instrumento de planejamento e garantir o acesso de recursos, direitos e serviços básicos necessários quanto a saúde às pessoas com deficiência, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência número 13.146/2015, ressalta-se que a saúde é um direito fundamental e deve ser assegurado, conforme os artigos 09, 10, 11, 12, 18, 19, 20, 22, buscando assegurar o fortalecimento e qualificação do atendimento integral da pessoa com deficiência no diagnóstico precoce, intervenção oportuna à saúde, para o atendimento em todos os níveis do Sistema Único de Saúde (prevenção, reabilitação e cuidados), atuando com uma assistência integral, de acordo com a Política Nacional de Saúde". Coloca-se em deliberação a inclusão do texto de Gévelyn e é aprovado por unanimidade. Otávio questiona o significado da sigla CCPU e Suzany esclarece: Centro de Controle de Pragas Urbanas. **A presidente Suzany coloca em deliberação o Plano Municipal de Saúde, sendo aprovado por unanimidade.** Ketlin pede que os conselheiros citem sempre o nome de quem estiver falando para auxiliar na elaboração das atas, que são feitas mediante gravação de áudio e pede que as revisões das atas sejam enviadas até o dia 24 de maio. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a reunião e eu, Francielly Raquel

Tha *Marcelo* *Benício* *João* *Adriano* *Roberto* *Adriano* *Adriano* *Adriano* *Adriano*

Domingues Vianna, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.

 Domingues Vianna
 Elizamar
 Dug
 Jhon
 Dug




 Dug
Dug